



24805000311955



23805000207095

Lei Ordinária Nº 9.002 - Impressão - Hamurabi - Consulta de Leis

<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/impre...>

LEI ORDINÁRIA Nº 9.002, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023(ORIGINAL)

(Original)

Processo: PROCESSO-133/2023

Autor: Poder Executivo

Data de Publicação: 28/11/2023 (jornal - Diário Oficial Eletrônico)

Data de Promulgação: -

Alterações:

Revogação:

Observações:

LEI Nº 9.002, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Reformula o Programa Municipal de Incentivos ao Uso de Serviços de Máquinas Pesadas em Propriedades Rurais do Município de Caxias do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Programa de Incentivo ao Uso de Serviços de Máquinas Pesadas em Propriedades Rurais situadas no Município de Caxias do Sul, com o objetivo de melhorar suas condições de cultivos agrícolas e infraestrutura, por meio de subsídios para contratação de horas-máquina destinadas a atividades voltadas à produção rural, criado pela Lei nº 6.730, de 16 de agosto de 2007, alterado pela Lei nº 7.139, de 14 de junho de 2010, passa a reger-se por esta Lei.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, consideram-se máquinas pesadas: trator de esteira, trator retroescavadeira, trator escavadeira hidráulica, pás carregadeiras, entre outras indicadas ao enfrentamento de tarefas difíceis em atividades de produção rural.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei será executado por meio de contratação de serviços de máquinas pesadas e equipamentos de terceiros, feita pelo produtor rural, após autorização prévia, pela Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), dos serviços solicitados.

Parágrafo único. A quantidade máxima de horas de uso de serviços de máquinas pesadas e o percentual do subsídio por Inscrição Estadual de Produtor Rural serão definidos em Decreto.

Art. 3º Para se beneficiar do Programa, o produtor rural deverá:

I - possuir Inscrição Estadual de Produtor Rural ativa e devidamente regularizada;

II - possuir movimentação mínima de venda de 12 (doze) salários-mínimos nacionais no período de Janeiro a Dezembro do ano anterior à respectiva edição do Programa, salvo Inscrição Estadual emitida a partir de 01 de janeiro do ano anterior;

III - não possuir débitos com o Município;

IV - executar os serviços de máquinas pesadas em imóvel rural situado no Município de Caxias do Sul; e

V - receber orientação técnica dos serviços a serem executados na propriedade.

§ 1º Nos casos em que o produtor rural não possuir a movimentação mínima de venda de 12 (doze) salários-mínimos nacionais, conforme disposto no inciso II deste artigo, poderão ser avaliados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) para a sua concessão.

§ 2º O produtor rural que por caso fortuito ou força maior, perder total ou parcialmente sua produção e consequentemente não alcançar a movimentação mínima de venda anual prevista no inciso II deste artigo poderá fazer jus aos benefícios da Lei, desde que haja comprovação da perda por laudo fundamentado emitido pela Secretaria Municipal da Agricultura ou EMATER, análise e avaliação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), e após remetendo-se ao Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para seus devidos encaminhamentos.

Art. 4º O benefício será concedido por ordem de inscrição, sendo limitado ao orçamento disponibilizado em cada uma das edições do Programa, que serão publicadas anualmente pela SMAPA.

§ 1º A Inscrição Estadual de Produtor Rural contemplada com a quantidade máxima de horas de uso de serviços de máquinas pesadas em edição anual do Programa disporá do benefício na condição de suplência em edição imediatamente posterior, caso em que será concedido somente após o atendimento das demais inscrições.

§ 2º Nos casos de contratação de carga horária parcial em edição anual do Programa, será admitida a solicitação do completo que atinja o limite de horas em edição imediatamente posterior, que será atendida conforme o ordenamento de inscrição.

Art. 5º Eventuais danos causados por dolo ou culpa em decorrência da execução dos serviços serão de responsabilidade do produtor rural que contratou a empresa habilitada.

Parágrafo único. A autorização fornecida pela SMAPA refere-se apenas à validação da inscrição e ao atendimento aos critérios de acesso ao Programa, não eximindo o produtor rural do cumprimento de qualquer outra legislação federal, estadual ou municipal nem de responsabilização na esfera administrativa, cível ou criminal por qualquer ato ilegal praticado.





24805000311955



23805000207095

Lei Ordinária N° 9.002 - Impressão - Hamurabi - Consulta de Leis

<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/impre...>

Art. 6° A contratação não gerará qualquer vínculo de natureza trabalhista entre o Município e o pessoal empregado pela empresa na prestação dos serviços.

Art. 7° Caberá à SMAPA a implantação, a coordenação e a execução do Programa criado por esta Lei.

Art. 8° Casos omissos serão resolvidos pela SMAPA, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Art. 9° Servirão de recursos para atender ao encargo desta Lei a dotação orçamentária de código 2152.3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 10. Ficam alteradas, no que couber, a Lei n° 8.664, de 30 de junho de 2021, Lei do Plano Plurianual para os exercícios de 2022 a 2025; a Lei n° 8.864, de 30 de setembro de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023; e a Lei n° 8.900, de 16 de dezembro de 2022, Lei Orçamentária Anual para 2023.

Art. 11. Esta Lei será regulamentada no que couber.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis n° 6.730, de 16 de agosto de 2007, e n° 7.139, de 14 de junho de 2010.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caxias do Sul, 16 de novembro de 2023; 148° da Colonização e 133° da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO
Prefeito Municipal

